

A expansão do Ensino Médio e o ProJovem Trabalhador: a díade norteadora das políticas governamentais que proclamam a busca pela aproximação entre o mundo do trabalho e o universo da educação

Mariléia Maria da Silva - UDESC

Pâmela Regina Jung - UDESC

Valdeci Reis - UDESC

Eixo temático I: Ensino secundário técnico/médio

RESUMO

A partir dos resultados da pesquisa “A inserção profissional dos egressos do ProJovem Trabalhador”¹, o presente trabalho analisa as dificuldades enfrentadas por jovens catarinenses, caracterizados como vulneráveis socialmente e, por consequência, em situação de risco, no que tange ao acesso à educação básica e à inserção no mundo do trabalho. Objetiva ainda problematizar as políticas públicas destinadas a elevar a escolaridade e a inserção profissional destes.

¹ Trata-se de uma pesquisa em andamento coordenada pela profa. Dra. Mariléia Maria da Silva, sob o título “A inserção Profissional dos Egressos do Projovem Trabalhador” com a participação dos bolsistas: Valdeci Reis e Pâmela Regina Jung. A pesquisa conta com financiamento da FAPESC.

Introdução

Partindo da premissa da impossibilidade de analisar um objeto ou proceder um recorte investigativo sem compreender as relações mais amplas nas quais este está envolvido, este estudo fundamenta-se na interligação entre os aspectos que compõem a esfera social, sobretudo o aspecto econômico material, entendido como basilar na constituição de todas as possibilidades e desafios dos contextos sociais. Nas palavras de Frigotto “não se superam as desigualdades no âmbito educativo e cultural sem, concomitantemente, superar a materialidade de relações sociais que as produzem” (Frigotto, 2005, p. 77).

Desde as últimas décadas do século XX temos assistido transformações nas relações capital-trabalho e sentido o impacto que tais mudanças operam na vida social. Atualmente vivemos a suposta era da “qualificação”, proposta pelos organismos internacionais e legitimada pelos meios de comunicação de massa, sobretudo pela mídia televisiva, cuja ideia cada vez mais creditada pela sociedade é a de que a qualificação é panacéia para a falta de empregos.

Nesse viés as políticas públicas voltadas para trabalhadores jovens e adultos vêm ganhando ênfase no âmbito do governo federal, com a pretensão disponibilização de qualificação profissional, elevação da escolaridade e acesso ao emprego, mas que no fim, acaba não contemplando nenhum dos objetivos propagados (RUMMERTH 2009). Em primeiro lugar porque está claro que a qualificação profissional por si só não garante a geração de vagas no mercado de trabalho, requisito primordial para o emprego dessa força de trabalho excedente. Em segundo lugar porque essas políticas não garantem condições básicas para a permanência desses jovens trabalhadores, nem no modelo de escola que está posto, quanto mais em uma perspectiva que proporcione graus mais elevados de emancipação. Nessa perspectiva, essas ações governamentais, que por seu nível de articulação ainda que frágil podem ser chamadas de políticas, acabam resumindo-se em mais uma estratégia para manutenção da hegemonia, que por

séculos se perpetua nesse país sob diferentes roupagens. Nesse sentido, concordamos com Rummert (2008, p. 182) ao afirmar que “Tais políticas, portanto, se apresentam como instrumentos de manutenção da ordem instituída e não objetivam a formação integral”.

O recorte amostral de sujeitos investigados é composto por inscritos no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM INTEGRADO), na modalidade ProJovem Trabalhador, composta pelas submodalidades: Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã, Escola de Fábrica e Empreendedorismo Juvenil, cujo objetivo é o de preparar o jovem de 18 a 29 anos para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho. Esta modalidade do programa é gerida a nível federal pelo Ministério do Trabalho e Emprego, estabelecendo parcerias com algumas prefeituras e SINEs (Sistema Nacional de Emprego). A pesquisa que originou este estudo baseou-se em dados fornecidos pelo SINE/SC, o qual forneceu uma espécie de cadastro socioeconômico de 4.300 jovens matriculados no programa Projovem nos anos de 2010 e 2011. A partir dos dados mencionados, foi possível contatar e entrevistar alguns desses jovens egressos do programa. Como o cadastro desses jovens² estava disponível em diferentes plataformas de dados, sendo que em vários casos foi preciso acessar diversos programas digitais diferentes para acessar um único dado, optou-se por reunir, em um único cadastro, o maior número de informações possível, para tanto a amostra inicial foi reduzida para 1.239, cerca de 30% do total de inscritos.

O presente escrito divide-se em duas partes, na primeira apresentamos um panorama do contexto social do Estado Catarinense, analisando os números das matrículas do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos objetivando problematizar as políticas públicas destinadas a elevar a escolaridade e inserção profissional dos jovens considerados em situação de vulnerabilidade social. Na segunda parte procura-se analisar em que medida um programa de inclusão social destinado aos jovens considerados em situação de risco, interfere na configuração de suas trajetórias profissionais.

² Todos os dados foram extraídos da base do Ministério do Trabalho, acessada no SINE do município de Florianópolis.

Santa Catarina: contexto histórico Social e Político

O Estado catarinense, quando comparado com outras regiões da nação, chama a atenção no cenário mundial pela sua força industrial e seus indicadores demográficos favoráveis. O entusiasmo com que a mídia propaga essas informações tem motivado a vinda de imigrantes de todos os estados brasileiros e também de outros países da América Latina³. Tendo por base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2009, afirma-se que o Estado Catarinense é o segundo com maior saldo migratório do país.⁴ Tal migração, que se intensificou a partir das últimas décadas do século XX, tem corroborado para o aumento das comunidades periféricas, também chamadas por alguns estudiosos de comunidades em “situação de risco”.

Ainda que o Estado catarinense figure no cenário brasileiro e mundial com um dos melhores IDH⁵, são visíveis as desigualdades sociais, sobretudo quando se direciona o foco de análise para as regiões periféricas. Todavia essa realidade parece não figurar entre as prioridades governamentais. Ao analisar a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em Santa Catarina, é como se a pobreza estivesse extinta desse território, as poucas ações existentes são financiados pelo Governo Federal e esfera municipal, e a falta de parceria entre os entes federados acaba por fragilizar ainda mais essas ações. A ausência por parte do Governo Estadual é total, as poucas execuções que, de acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS⁶, deveriam ser executadas pelo poder executivo catarinense, são delegadas ao terceiro setor, transferindo tal responsabilidade à filantropia.

O governo, considerado o primeiro setor, deixa de se responsabilizar pelas questões sociais, e o setor privado - ou segundo setor - passa a prestar alguns serviços de caráter público, por meio de instituições sem fins lucrativos e não governamentais, compondo o chamado terceiro setor. Essa prática que tem se intensificado em todo país

3 Ao analisar os cadastros dos inscritos no ProJovem fornecido pelo SINE/SC, chamou a atenção o número de estrangeiros provenientes da Argentina, Paraguai e Uruguai.

4 Notícia vinculada no Diário Catarinense <<http://www.clicrbs.com.br/diariocatarinense/jsp/default.jsp?uf=2&local=18§ion=Geral&newsID=a3395049.xml>> acessado em 16/07/2011.

5 Índice de Desenvolvimento Humano

6 Lei nº 8.742, de 07 de Dezembro de 1993, dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.

a partir da gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), tem contribuído para a descentralização administrativa pública, privatização e esfacelamento dos direitos universais. Trata-se de uma precarização do atendimento estatal às demandas sociais, um mecanismo de responsabilizar a sociedade pelas respostas às próprias necessidades locais (MONTAÑO 2002).

Esse grandioso império *pilantropico* que se agregam sob o rótulo de terceiro setor, não faz parte do governo e não se encaixam como instituições clássicas da economia, mas tornam-se *pilantropicos* ao usar o dinheiro público, utilizar a sociedade como voluntariado e contribuindo sobremaneira para a destruição da sociedade civil.

Já em meados de 1980, Florestan Fernandes afirmava que essa forma de fazer políticas públicas não passa de “uma política que decreta a continuidade de um Brasil gigante de pés de barro, nação com história, mas determinada lá fora. Com antigos escravos e seus descendentes prosseguiremos presos a uma liberdade ilusória, que é por si só uma terrível escravidão.” (FERNANDES, 1991 p.36). Tal afirmação vem apenas reforçar a fragilidade da política de desenvolvimento social no país, perspectiva, em certa medida, corroborada pelos Organismos Internacionais que apontam como contribuição desses programas a redução da extrema pobreza, visando implicitamente a possibilidade de criação de mecanismos sociais destinados a controlar os conflitos e assegurar a coesão social. Na verdade, uma análise profícua nos mostra que estamos longe de uma educação pautada em princípios universalizantes, capaz de ir além do domínio dos códigos básicos, ou seja, o alcance do paradigma emancipatório (RUMMERT, 2008).

O Censo Escolar 2010⁷ divulgado pelo INEP⁸, traz dados relevantes sobre o perfil dos jovens catarinenses que frequentam o Ensino Médio na rede pública de Santa Catarina. No referido ano 196.096 alunos foram matriculadas no Ensino Médio da rede regular estadual de ensino. Destes, 90.368 alunos (46%) frequentaram a escola no período matutino, 32.139 (16%) cursaram essa modalidade no período vespertino e 73.589 (38%) frequentaram a rede no período noturno. No mesmo ano houve 64.590 alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede pública estadual.

7 Disponível em <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>

8 Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

De acordo com o *EducaCenso*⁹ no ano de 2010, 32,96% dos jovens catarinenses matriculados na rede pública com idade superior a 14 anos, frequentavam a EJA¹⁰. O fato de esses jovens terem que trabalhar para complementar a renda familiar, pode ser um dificultador na conciliação entre a atividade laboral e o estudo regular. Ramos (2001) aponta dois obstáculos na efetivação das políticas públicas para a juventude, o primeiro, a autora denomina como obstáculo interno, trata-se da rigidez da jornada de trabalho dificultando que o jovem trabalhador compatibilize com os estudos. O segundo, apontado pela autora como obstáculo externo, situa-se nos planos das políticas educacionais, que a autora considera desatentas em relação às necessidades atuais dos educandos.

Estudos realizados por Garcia e Lima Filho (2010) apontam dados preocupantes sobre a inserção profissional dos jovens brasileiros e a complexa realidade do mundo do trabalho, onde o desemprego estrutural é um dos mais graves problemas para a juventude:

“Entre a faixa etária de 16 a 24 anos: 21% dos jovens brasileiros somente estudam; 19% estudam e trabalham; 5% estudam e procuram empregos; 35% somente trabalham; 6% não estudam e procuram empregos; e, na condição mais grave, 14% desses adolescentes não trabalham, não estudam e não procuram empregos. Ou seja por um lado 55%, ou seja 18 milhões de jovens trabalhadores de 16 a 24 anos estão fora da escola; por outro 46% dos jovens do nosso país estão fora do trabalho” (p.48).

Ainda segundo a pesquisa dos autores, a condição de não trabalhar, não estudar e não procurar emprego é mais acentuada entre as famílias em situação de risco e extrema vulnerabilidade social, onde as pessoas que compõem esses extratos sociais perderam sua emancipação social.

A tabela abaixo nos mostra em detalhes o número de matrículas presenciais na EJA 2007 nas redes estadual, federal, municipal e privada catarinense.

2007 – Matrículas Gerais na EJA Presencial				
	Fundamental	Médio	Profissionalizante	Total
Estadual	30.848	43.005	257	73.853
Federal	0	175	769	944

⁹ Disponível em <<http://educacenso.inep.gov.br>>

¹⁰ Educação de Jovens e Adultos

Municipal	16.840	2.874	0	19.714
Privada	2.015	5.748	157	7.763
Total Geral	49.703	51.802	1.183	102.274

Fonte: INEP - Disponível em <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>
(Elaboração Própria)

Tendo em vista a dificuldades dos jovens em conciliar o trabalho e a sala de aula, no referido ano foi implantado em Santa Catarina alguns programas semipresenciais. Abaixo elencamos os números absolutos de matrículas nessa modalidade:

2007 – Matrículas Gerais na EJA Semi Presencial

	Fundamental	Médio	Total
Estadual	8.231	11.518	19.839
Federal	0	0	0
Municipal	7.460	878	8.338
Privada	1.142	2.481	3.623
Total Geral	16.923	14.877	101.505

Fonte: INEP - Disponível em <<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>
(Elaboração Própria)

Em números absolutos, as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, do Estado de Santa Catarina no ano de 2010 totalizam a saber:

2010 - Matrículas Gerais na EJA

	Fundamental	Médio	Total
Estadual	23.652	40.938	64.590
Federal	62	256	318
Municipal	22.500	2.952	25.452
Privada	4.979	11.749	16.728
Total Geral	51.193	55.895	107.088

Fonte: INEP - Disponível em
<<http://www.dataescolabrasil.inep.gov.br/dataEscolaBrasil/home.seam>>
(Elaboração Própria)

Para SAVIANI (1998) essas ações públicas proposta pelo governo tornam-se inócuas diante da conjuntura histórica e problemática que é o acesso a educação básica no Brasil, nas palavras do autor:

“Consta-se, assim, que a ‘política social’ é uma expressão típica da sociedade capitalista que a produz como um antídoto para compensar o caráter antissocial da economia própria dessa sociedade. Entretanto, a determinação econômica projeta sobre a política ‘política social’ o seu caráter antissocial, limitando-a e circunscrevendo o seu papel às ações típicas que concorram para a preservação da ordem existente.”

Assim, com a suposta pretensão de superar a fragilidade do acesso a educação básica por parte dos jovens considerados em situação de risco e vulnerabilidade social, uma série de programas assistenciais vem sendo implantados nas últimas décadas no Brasil, entre eles o ProJovem.

O universo do Trabalho em Santa Catarina e o ProJovem Trabalhador: primeiras análises

Ao confrontar o documento “Santa Catarina em dados 2011” publicado pelo Sistema FIESC¹¹, à RAIS – Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e a base do SINE em Santa Catarina, constata-se um grande paradoxo no universo do trabalho. O censo 2010 realizado pelo IBGE apontou que há no estado, entre a faixa etária de 20 a 59 anos, 1.834.195 habitantes do sexo masculino e 1.849.829 do sexo feminino. Embora as mulheres sejam mais representativas estatisticamente do que os homens na população, no mercado de trabalho elas ocupam apenas 43,76% dos empregos formais.

A tabela abaixo nos mostra que no mesmo ano em que o IBGE contabilizou a população no estado, 1.107.594 homens e 862.060 mulheres tiveram vínculo empregatício formal, o que significa que 726.601 homens e 987.769 mulheres estavam desempregados ou viviam na informalidade.

Número de trabalhadores com emprego formal em Santa Catarina por atividade e sexo, no ano de 2010

11 Disponível em <<http://www2.fiescnet.com.br/web/recursos/VUVR01qQTVPQT09?v=>> acessado em 05/10/2011.

Atividade	Masculino	Feminino	Total
Agropecuária, Extrativa Vegetal, Pesca	33.857	11.345	45.202
Indústria Extrativa e Transformação	398.479	242.871	641.350
Construção Civil	87.472	7.055	94.527
Comércio	212.699	179.361	392.030
Serviços	375.117	421.428	796.545
Total	1.107.594	862.060	1.969.564

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 2010 - CNAE 2.0 - Santa Catarina em Dados

(Elaboração Própria)

A tabela abaixo nos mostra uma análise mais detalhada, quanto a escolaridade da força de trabalho catarinense, sendo possível constatar que 35,40% dos trabalhadores formais têm menos de 10 anos de estudo.

Número de trabalhadores formais em Santa Catarina por atividade econômica e grau de instrução, no ano de 2010

Escolaridade	Agrop.	Indústria	Con. Civil	Comércio	Serviços	Total
Analfabeto	669	1.960	821	656	2.087	6.223
Até a 5ª Série do Ensino Fundamental	4.201	16.207	5.686	3.844	15.753	45.691
5ª Série completa do Ensino Fundamental	7.805	41.788	8.897	9.251	35.765	103.506
Da 6ª a 9ª série do Ensino Fundamental	8.574	70.095	13.855	22.373	45.254	160.151
Ensino Fundamental completo	10.492	127.938	22.386	59.943	101.362	322.121
Ensino Médio incompleto	3.086	74.296	7.291	47.420	46.834	178.927
Ensino Médio completo	8.655	251.507	30.787	210.669	271.464	91.074
Educação Superior incompleta	492	22.045	1.578	19.163	47.796	91.074
Educação Superior completa	1.188	35.171	3.208	18.579	222.756	280.902
Mestrado completo	8	298	13	105	5.285	5.709
Doutorado completo	2	45	5	27	2.189	2.268

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS 2010 - CNAE 2.0 - Santa Catarina em Dados

(Elaboração Própria)

Conforme Dedecca, Ribeiro e Ishii (2009) a primeira década do século XXI foi marcada por uma precarização nas novas oportunidades de emprego, a média salarial dessas ocupações ficaram em dois salários mínimos.

“Portanto, a ocupação cresce nos setores que demandam menor qualificação, associada a baixas remunerações. No que tange às mulheres, porém, a situação é mais séria: a elevação da ocupação está concentrada nas faixas de remuneração que abrangem até um salário mínimo. [...] Nota-se que as mulheres estão mais qualificadas e se inserindo mais no mercado de trabalho, mas auferindo remunerações piores para essas ocupações. E, portanto, que um maior dinamismo do mercado de trabalho não parece ser suficiente para atenuar a jornada de trabalho total das mulheres.” (p.87).

Abaixo temos a pirâmide populacional catarinense completa divulgada pelo IBGE. Ao confrontar a tabela dos trabalhadores ativos com a pirâmide populacional do estado, levando em consideração apenas a população ativa (20 a 59 anos) constatamos que no ano de 2010, 1.714.370 habitantes, ou seja, 46,53% da população ativa estava desempregada ou vivia na informalidade.

Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Santa Catarina – 2010				
	Homens		Mulheres	
Mais de 100 anos	126	0,00%	279	0,00%
95 a 99 anos	564	0,00%	1350	0,00%
90 a 94 anos	2157	0,00%	5149	0,10%
85 a 89 anos	7960	0,10%	14612	0,20%
80 a 84 anos	18552	0,30%	29628	0,50%
75 a 79 anos	32789	0,50%	45583	0,70%
70 a 74 anos	52332	0,80%	64645	1%
65 a 69 anos	73382	1,20%	83975	1,30%
60 a 64 anos	106909	1,70%	116561	1,90%
55 a 59 anos	143895	2,30%	152906	2,40%
50 a 54 anos	179383	2,90%	187597	3%
45 a 49 anos	216576	3,50%	225071	3,60%
40 a 44 anos	230018	3,70%	234200	3,70%
35 a 39 anos	234504	3,80%	236585	3,80%
30 a 34 anos	256324	4,10%	254824	4,10%
25 a 29 anos	286179	4,60%	280304	4,50%
20 a 24 anos	287316	4,60%	278342	4,50%
15 a 19 anos	276177	4,40%	269009	4,30%
10 a 14 anos	264941	4,20%	254842	4,10%

5 a 9 anos	222981	3,60%	213804	3,40%
0 a 4 anos	206935	3,30%	198810	3,20%
Fonte: IBGE - Elaboração própria				

Ao analisar a entrevista do Secretário Estadual de Assistência Social Trabalho e Renda, vinculada na mídia catarinense no mês de janeiro do ano corrente,¹² constata-se um discurso pautado na ética neoliberal, que visa transferir ao cidadão a responsabilidade por modificar sua situação de miserabilidade. Nas palavras do secretário:

há em Santa Catarina, aproximadamente cinco mil vagas de emprego em aberto no SINE/SC. Em janeiro/2011 houve um aumento de 30% na demanda de vagas oferecidas na Grande Florianópolis, em relação ao mesmo período do ano anterior. Sendo que, no restante do Estado, este aumento foi de 10% em vagas oferecidas, em relação a janeiro de 2010. Serafim Venzon - disponível em <<http://www.sst.sc.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1920>> Acessado em 05/10/2011

Chama atenção ainda a solução proposta pelo secretário para tonar o SINE mais eficaz no preenchimento das vagas disponibilizadas pelas empresas catarinenses, de acordo com ele: “precisamos criar uma porta de saída para quem está nos programas sociais, através de qualificação.” Por esta fala é possível identificar a crença de que o simples fato do Estado oferecer programas de qualificação profissional aos trabalhadores ditos vulneráveis resolveria as condições de precariedade nas quais encontram-se.

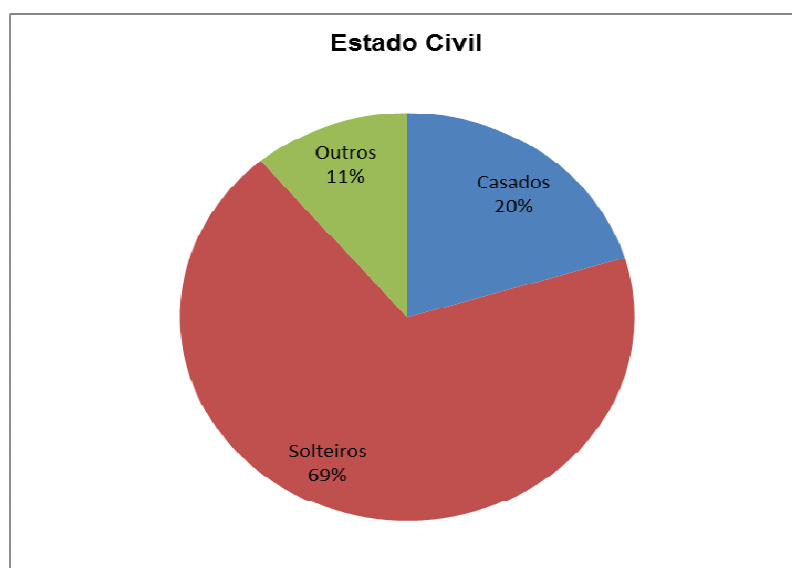
Estudos realizados por RAMOS (2001) apontam que esforços em capacitação não se traduzem automaticamente em empregos, para a autora a defesa desse tema acaba convertendo-se em retórica neoconservadora e justificativa para os índices de desempregos, a autora ainda afirma que:

“A produção do desemprego é também uma medida estrutural necessária à expansão dos mercados financeiros, característica da acumulação flexível. Essa expansão depende do desvio de capital da compra e venda de mercadoria (incluindo força de trabalho, instalações e equipamentos) para empréstimos e especulações. Em tais condições, uma crescente massa de capital deve ser retirada do comércio e da produção e permanecer líquida. Sendo assim, o desemprego torna-se uma necessidade imprescindível para o capital financeiro.” (RAMOS, 2001 p. 210)

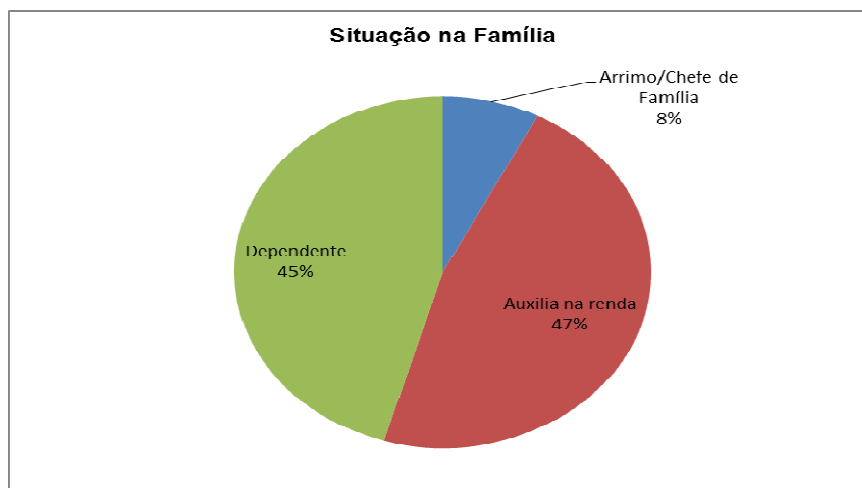
¹² Disponível em <http://www.sst.sc.gov.br/modules/news/article.php?storyid=1920> acessado em 05/10/2011.

Em Santa Catarina ações como o ProJovem são vistas pelas autoridades governamentais como um instrumento legítimo para qualificar o indivíduo em situação de risco social, encaminhá-lo ao mercado de trabalho e resgatar sua cidadania. No entanto, foi possível constatar nas entrevistas de jovens egressos do Projovem, que a noção de cidadania e emancipação que estes possuem, resume-se a conquista do emprego formal. A maioria dos entrevistados continuava desempregado após ter participado do programa e pretendia continuar se qualificando, certos de que a certificação poderia ajudá-los a conquistar o tão sonhado emprego com todas as garantias sociais.

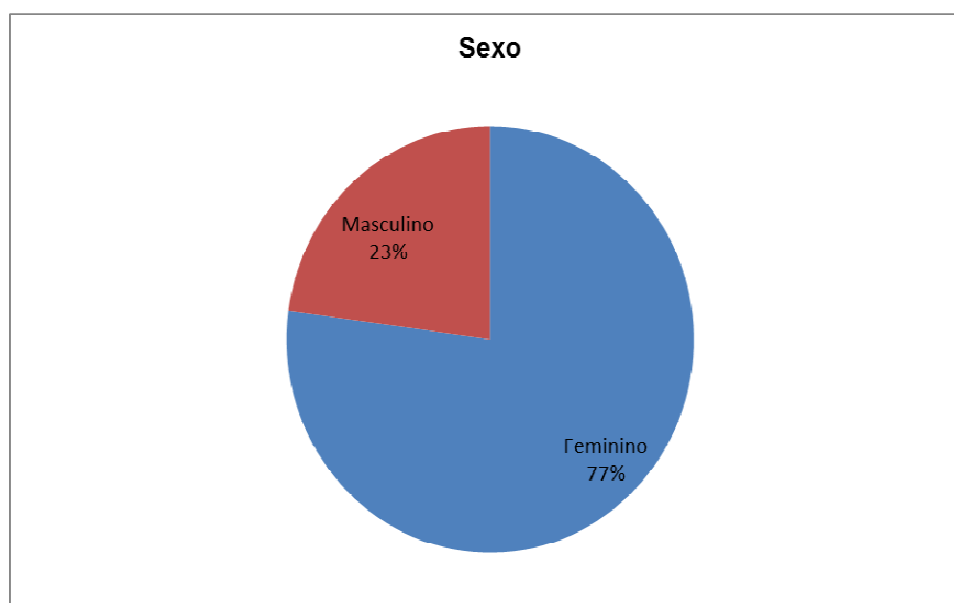
Sobre o estado civil de nossa amostra, conforme pode se constatar no gráfico a seguir, a maioria absoluta dos jovens inscritos no programa, são solteiros, no entanto nos chamou a atenção o percentual estatístico de jovens que declararam ao SINE a opção “outros”. Nas entrevistas que fizemos em dois municípios catarinenses, podemos constatar que essa opção tratava-se do casamento não formalizado judicialmente.



Com base nos dados obtidos no SINE, do total de inscritos no ProJovem trabalhador em 2010/2011, 676 jovens (55%) ajudam de alguma forma a compor a renda familiar, destas 93 pessoas (8%) são arrimo/chefe de família e 583 pessoas ou (47%) auxiliam diretamente na renda. Dentre os que responderam que compõem a renda familiar 12% são jovens com idades entre 17 e 18 anos.

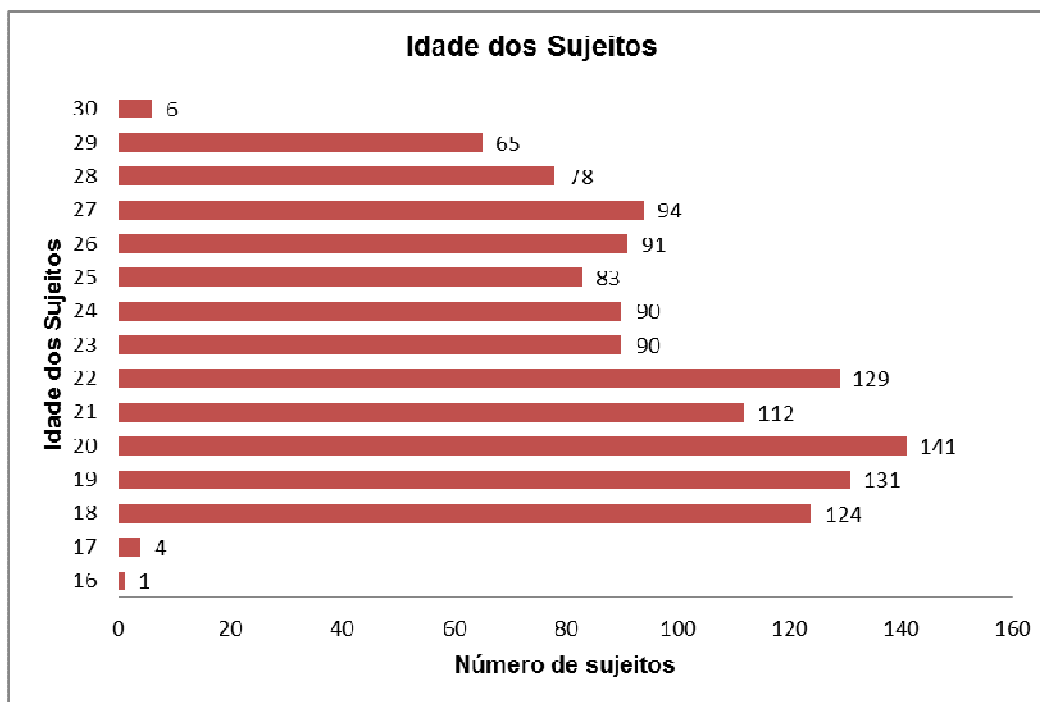


O gráfico a seguir, nos mostra que a maioria absoluta das pessoas que procuraram o programa nesses dois anos foram mulheres, tal dado vem apenas reforçar as estatísticas do IBGE e RAIS¹³, que apontam uma maior dificuldade para as mulheres catarinenses se inserir no mercado de trabalho formal.



O gráfico a seguir nos mostra que mais de 50% dos inscritos tinham entre 18 e 22 anos.

¹³ Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho



Rummet (2008), sustenta que as ações destinadas aos jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados têm operado na construção e manutenção de uma hegemonia que leva à perpetuação da atual divisão social do trabalho, pois “[...] não é outra a razão pela qual as forças dominantes se valem, permanentemente, de estratégias de conformação à ordem e de captura das aspirações e reivindicações da classe trabalhadora, muitas vezes organizativas de movimentos sociais, com o fito de manter em níveis satisfatórios a situação de controle social” (p.178).

Na última década é corrente, no que diz respeito ao mundo do trabalho, a propagação da ideia, amplamente aceita, de que está posta a necessidade de um novo perfil profissional para fazer frente às demandas da sociedade globalizada, e que o desemprego, sobretudo entre os jovens, seria resultado dessa falta de qualificação para acessar os novos postos de trabalho. No entanto, tal noção tem servido para justificar um discurso que delega ao indivíduo as responsabilidades pela sua formação e inserção na sociedade, e que o aproxima da noção de competência, do ideário da empregabilidade e, mais recentemente, do “sonho empreendedor”. Para Rummert (2009),

Trata-se, na realidade, de um histórico trabalho pedagógico permanentemente ressignificado, que confere diferentes conteúdos à formação sistemática e

assistemática do trabalhador social, visando assegurar a reprodução das bases de uma organização societária centrada nos paradigmas da modernização conservadora. (p.209)

De acordo com a autora supracitada, dentre os vários aspectos que consolidam esse processo pedagógico, circunda-se no campo da “cultura-ideologia que se pretende hegemônica, do ethos público pelo ethos empresarial.” (RUMMERT, 2009, p.209 apud JAMESON, 1994). Para a autora, esse ethos deriva desta matriz econômica, ambos constituídos pelos valores da competitividade, produtividade, empreendedorismo, e cujo questionamento torna-se inviável diante do implacável argumento da globalização como requisito imprescindível para se atingir um elevado padrão de modernidade. Nesse mesmo viés teórico encontram-se os discursos que propagam uma relação de causa e efeito entre baixa escolaridade e pobreza, sendo a primeira consequência imediata da segunda, ou ainda, “fundamentalmente, do reduzido acúmulo de ‘capital humano’ por parte dos pobres, especialmente por seu baixo nível de escolaridade” (FILGUEIRAS; GONÇALVES apud RUMMERT, 2009, p.210).

Individualizar a culpa e a responsabilidade pela superação da pobreza é uma abordagem ideológica que, segundo Rummert (2009), ignora as condições estruturais próprias do sistema capitalista.

Transfere-se, assim, para a classe trabalhadora a responsabilidade por qualificar-se de modo a superar, em curto prazo de tempo, e de forma adequada às necessidades do modelo socioeconômico, a situação de destituição de direitos, bem como a decorrente precarização da vida, ambas derivadas das próprias características estruturais do modo de produção capitalista. (p.210 -211)

Conclusões

No novo Plano Nacional de Educação encaminhado pelo MEC ao Congresso Nacional, plano esse que deve nortear as Políticas Públicas em educação no país entre 2012 e 2020, o Ensino Médio aparece contemplado na meta número 3 “Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até 2020, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85%, nesta faixa etária”. Todavia, fica difícil acreditar que o Ministério da Educação consiga cumprir tal meta,

uma vez que em nenhum momento aparece no PNE as políticas que o Governo Federal pretende implantar para assegurar a permanência desses jovens trabalhadores na escola. É preciso destacar ainda que Plano Nacional de Educação anterior (2001-2010) não foi integralmente cumprido.

Compreender a totalidade de uma ação pública e suas consequências hegemônicas foi o propósito desse artigo, a amostra selecionada para análise permite-nos concluir que, embora essas ações do governo federal tenham revertido alguns indicadores de extrema vulnerabilidade social, tais ações interministeriais estão longe de garantir a efetividade de uma política pública para a juventude.

O impacto dessas ações é variado em todo o país e não reflete, necessariamente, em uma mudança significativa, que tenha como foco, no interior de uma agenda pública, o fortalecimento da cidadania. Esta, via de regra, tem sido reduzida a uma perspectiva mercadológica, na qual o cidadão adquire status de “cliente”. Se considerarmos as origens das políticas públicas nas sociedades modernas, tais ações estão aquém, até mesmo, de possibilitar o mínimo necessário no que diz respeito ao acesso as condições materiais de existência básicas para à vida em sociedade.

Bibliografia

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação (CNE). **Indicações para subsidiar a construção do Plano Nacional de Educação 2011-2020**. Brasília, DF: MEC/CNE, 2009.

_____, **Lei n. 11.692** e 10 de Junho de 2008.

_____, **Decreto n. 6.629** de 04 de Novembro de 2008.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23/12/1996. Presidência da República. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: out. 2005.

DEDECCA, Claudio Salvadori; RIBEIRO, Camila Santos Matos de Freitas; ISHII, Fernando Hajime. **GÊNERO E JORNADA DE TRABALHO: ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE MERCADO DE TRABALHO E FAMÍLIA**. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p.65-90, jun. 2009. Disponível em:

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.

<<http://www.revista.epsjv.fiocruz.br/upload/revistas/r236.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2012.

Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. **Santa Catarina em Dados /** Unidade de Política Econômica e Industrial. - Florianópolis: FIESC, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Diretrizes e Bases:** Conciliação Aberta. *Revista Sociedade e Universidade*, São Paulo, Andes, p. 36, 1991.

GARCIA, Nilson Marcos Dias; LIMA FILHO, Domingos Leite. **Trabalho, Educação e Tecnologia:** alguns dos seus enlases. Curitiba: Editora UTFPR, 2010.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** Crítica ao padrão emergente da intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, G. **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o Ensino Médio integrado:** concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005. p. 57-82.. In: FRIGOTTO, G. et al. (Orgs.).

RAMOS, Marise Nogueira. **A Pedagogia das competências:** autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez Editora, 2001.

RUMMERT, S.M. Educação de jovens e adultos no Brasil atual: do simulacro à emancipação. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 26, n. 1, p.175-208, jan./jun 2008.

RUMMERT, S. M. A modernização conservadora como marca da educação de jovens e adultos trabalhadores no Brasil. RUMMERT, S. M.; CANÁRIO, R.; FRIGOTTO, G. (Orgs) **Políticas de formação de jovens e adultos no Brasil e em Portugal.** Niterói: Editora da UFF, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação:** Por uma outra política educacional. Campinas: Editora Autores Associados, 1998.

VII Colóquio Ensino Médio, História e Cidadania. Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, Santa Catarina. Maio-Junho de 2012. ISSN 2236-7977.